



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA -
- OBRA DA FIGUEIRA**

**RELATÓRIO
E
CONTAS DE GERÊNCIA**

2021

RELATÓRIO SÍNTESE – 2021

1. No segundo ano da Pandemia avolumaram-se as dificuldades apontadas no Relatório de 2020.

No final de Janeiro registou-se o primeiro surto de Covid 19 a atingir a Instituição, no Lar Silva Soares, com origem comprovada no Departamento de Neurocirurgia do Hospital da Universidade de Coimbra, onde se tinha deslocado para consulta uma utente do referido Lar, acompanhada por uma funcionária.

Este surto atingiu trinta e três utentes, foi resolvido no espaço de três semanas e felizmente não se repetiu até final do ano em nenhum dos outros Estabelecimentos da Instituição, pesem embora casos que foram sendo detectados e isolados graças a um sistema de testagem sistemática e à aplicação das três doses de vacinação a partir de 23/01/2021.

2. Limitámo-nos à execução das obras de reparação e manutenção indispensáveis, com excepção da conclusão do sistema de chamadas de emergência no Lar Silva Soares, adjudicado no ano anterior.

As obras interiores na Casa dos Pescadores de Buarcos foram progredindo lentamente, num sistema do tipo “para – arranca”, e só ficarão concluídas no próximo ano.

3. Conforme já referido no Relatório de 2020, a situação financeira ressentiu-se fortemente não só dos custos directos do combate à Pandemia como do novo aumento do salário mínimo nacional e da subida de preços dos bens de consumo verificada sobretudo na parte final do ano.

Face a esta situação, aliás comum a todas as Misericórdias, e uma vez que o Estado continua a não as compensar devidamente através do reforço das comparticipações estabelecidas nos Acordos de Cooperação, tornou-se inevitável proceder ao aumento das comparticipações dos utentes de todas as valências da Instituição.

4. O resultado líquido do exercício foi negativo em 65 952, 81€ traduzindo a situação apontada nos pontos anteriores e a consequente redução das reservas financeiras existentes, impedindo assim a sua natural aplicação na valorização do património.

Figueira da Foz, 29 de Março de 2022



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - OBRA DA FIGUEIRA

TSR - Contabilidade ESNL

Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE
MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2021	31 Dez 2020	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	3.180.573,34	3.285.378,55	-3,19%
Bens do património histórico e cultural	4	108.802,14	108.802,14	0,00%
Propriedades de investimento	5	495.689,28	571.132,46	-13,21%
Ativos intangíveis	6	0,00	1.132,79	-100,00%
Investimentos financeiros	12.1	23.674,12	20.463,63	15,69%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		3.808.738,88	3.986.909,57	-4,47%
Ativo corrente				
Inventários	7	64.106,06	51.093,63	25,47%
Créditos a receber	10	261.554,26	276.381,34	230,48%
Estado e outros entes públicos	12.2	14.051,67	5.056,13	177,91%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		150,00	0,00	0,00%
Diferimentos	12.3	13.046,72	12.890,24	1,21%
Outros ativos correntes		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	10	643.277,87	751.323,80	-14,38%
		996.186,58	1.096.745,14	10,75%
Total do Ativo		4.804.925,46	5.083.654,71	-1,67%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		2.896.125,73	2.896.125,73	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	12.4	402.193,31	402.193,31	0,00%
Resultados transitados		325.210,65	482.707,95	-32,63%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	686.238,59	714.797,95	-4,00%
Resultado líquido do período		-65.952,81	-157.497,30	58,12%
Total dos fundos patrimoniais		4.243.815,47	4.338.327,64	-2,18%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	10	28.429,85	36.028,43	-21,09%
		28.429,85	36.028,43	-21,09%

Passivo corrente				
Fornecedores	10	205.373,05	225.191,35	-8,80%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	12.2	49.545,80	48.743,59	1,65%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos	12.3	0,00	850,50	-100,00%
Outras contas a pagar	10	277.761,29	434.513,20	-36,08%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Total do Passivo		532.680,14	709.298,64	-24,90%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		561.109,99	745.327,07	-24,72%
		4.804.925,46	5.083.654,71	-5,48%

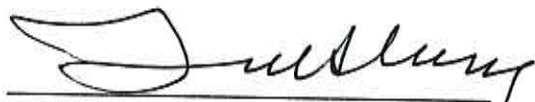
(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

15 de março de 2022

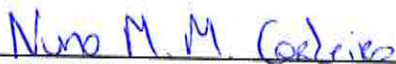
Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA FIGUEIRA DA FOZ



Provedor



Tesoureiro



Contabilista Certificado n.º 60192

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETARIA
(1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados	8	1.244.888,52	1.232.474,12	1,01%
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.667.063,01	1.590.033,63	4,84%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-428.639,05	-447.523,76	4,22%
Fornecimentos e serviços externos	8	-637.003,47	-574.645,24	-10,85%
Gastos com o pessoal	11	-1.933.100,60	-1.861.624,88	-3,84%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	8	241.198,73	125.711,14	91,87%
Outros gastos e perdas	8	-15.387,77	-8.365,28	-83,95%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		139.019,37	56.059,73	147,98%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 / 6	-208.227,13	-215.872,69	3,54%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-69.207,76	-159.812,96	56,69%
Juros e rendimentos similares obtidos	8	3.255,10	2.347,38	38,67%
Juros e gastos similares suportados	8	-0,15	-31,72	99,53%
Resultados antes de impostos		-65.952,81	-157.497,30	58,12%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-65.952,81	-157.497,30	58,12%


(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

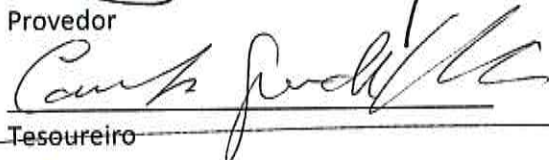
1/1

15 de março de 2022

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA FIGUEIRA DA FOZ



Provedor



Tesooureiro



Contabilista Certificado n.º 60192

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETARIA
(1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2021	2020	
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>				
Recebimentos de clientes e utentes		1.408.106,98	1.385.851,02	1,61%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		-2.700,00	-3.437,50	21,45%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-1.178.900,41	-1.123.328,81	-4,95%
Pagamentos ao pessoal		-1.303.311,73	-1.254.588,35	-3,88%
Caixa gerada pelas operações		-1.076.805,16	-995.503,64	-8,17%
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		-119.489,15	-106.951,00	-11,72%
Outros recebimentos/pagamentos		1.172.846,67	1.101.643,05	6,46%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-23.447,64	-81.159	#####
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-86.872,30	-119.016,30	27,01%
Ativos Intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		-50.000,00	-150.000,00	66,67%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		110.415,11	340.468,88	-67,57%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		784,88	956,58	-17,95%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-25.672,31	72.409,16	-135,45%
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		-0,15	-31,69	99,53%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-0,15	-31,69	99,53%

Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-49.120,10	71.565,88	-168,64%
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período	159.770,21	88.204,33	81,14%
Caixa e seus equivalentes no fim de período	110.650,11	159.770,21	-30,74%

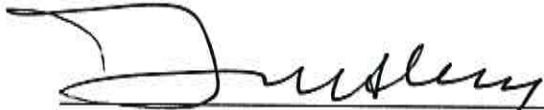
(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

15 de março de 2022

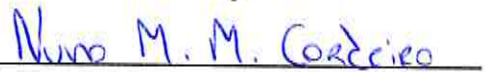
Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA FIGUEIRA DA FOZ



Provedor



Tesoureiro



Contabilista Certificado n.º 60192

Demonstração das Alterações nos fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2021

UNIDADE
MONETÁRIA: Euros

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe

Descrição	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		2.896.125,73	0,00	402.193,31	482.707,95	0,00	714.797,95	-157.497,30	4.338.327,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								-65.952,81	-65.952,81
RESULTADO EXTENSIVO								-65.952,81	-65.952,81
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021		2.896.125,73	0,00	402.193,31	325.210,65	0,00	686.238,59	-65.952,81	4.243.815,47

TSR - Sistemas de

1/1

15 de março de 2022

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA FIGUEIRA DA FOZ



Provedor



Tesooureiro



Contabilista Certificado n.º 60192

ANEXO



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 Designação da Entidade: Santa Casa da Misericórdia - Obra da Figueira

1.2 Sede: Largo Silva Soares, 3080 – 144 Figueira da Foz

1.3 Natureza da Actividade: A Santa Casa da Misericórdia – Obra da Figueira (MOF) é uma associação privada sem fins lucrativos com o objectivo de apoiar a comunidade no âmbito da Acção Social, tendo sido criada em 9 de Agosto de 1977, resultante da fusão das duas Instituições - Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz e Obra da Figueira. Tem estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social desde 1985.

1.4 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, também designado por SNC – ESNL.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período findo em 2021.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

A) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da MOF, de acordo com o SNC - ESNL.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se escriturados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

Activo fixo tangível	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 6 a 8 anos
Equipamento transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 10 anos
Equipamento informático	Entre 3 a 7 anos
Outros activos tangíveis	Entre 4 a 8 anos
Activo intangível	Vida útil
Projectos	3 anos
Programas computador	3 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos tangíveis nem constituam benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos, foram registadas como gastos do exercício em que ocorreram.

O desreconhecimento dos activos tangíveis resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros Gastos e perdas".

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios, maioritariamente oriundos de doações, cujo objectivo é a obtenção de rendimento, e não para uso no decurso da actividade da Instituição. Estas propriedades à semelhança dos activos acima referidos encontram-se valorizados pelo custo. Os custos suportados com a manutenção e seguros destas, são reconhecidos como gastos no período em que incorrem.

INVENTÁRIOS

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo sendo valorizadas ao custo de aquisição, que inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como forma de custeio.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo montante do montante a receber, desde que sejam cumpridas todas as condições seguintes:

- A quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser fiavelmente valorizada;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros é reconhecido pelo método do juro efectivo, quando seja provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios são reconhecidos quando houver segurança que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e de que serão recebidos.

Enquadram-se neste âmbito os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, e não os subsídios relativos a Acordos de Cooperação com a Segurança Social, sendo portanto os casos do Centro de Noite, da Creche e da Eficiência Energética.

Os montantes destes subsídios não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente nos Fundos patrimoniais, sendo posteriormente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de tempo de vida útil do activo a que respeitem a fim de balancear os custos inerentes a esse activo, de acordo com as quantias inscritas na Decisão de Aprovação assinada por ambas as partes.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados pelos seguintes critérios:

Outras contas a receber

As outras dívidas a receber estão mensuradas pelo custo deduzidas de qualquer perda por imparidade e não vencem juros.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas de fornecedores e de outras dívidas a pagar estão mensuradas pelo custo e não vencem juros.

Diferimentos

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando ocorridas, independentemente do momento do recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos face aos rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Diferimentos" e "Outras contas a pagar e a receber".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes registados nas rubricas Caixa e Depósitos bancários correspondem respectivamente aos valores em caixa e em depósito em instituições bancárias, imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de empregados incluem retribuições, incluindo os subsídios de Natal e de Férias, e subsídios de alimentação.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período a que respeitam como é o caso do subsídio de Férias.

B) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade.

C) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efectuados juízos de valor e estimativas que afectam tanto as quantias inscritas no Activo e Passivo, como os rendimentos e gastos do período.

3.2 CORRECÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES:

Não foram detectados erros relativamente ao período anterior.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos estão mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta.

c) As vida úteis foram determinadas para cada grupo de bens atendendo ao desempenho esperado.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões, são evidenciadas no quadro seguinte:

Descrição	01-01-2021	Adições	Revalorizações	Transf. e Abates	Alienações	31-12-2021
Bens património histórico e cultural	108.802,14					108.802,14
Terrenos e recursos naturais	11.572,11					11.572,11
Edifícios e outras construções	5.147.576,58	14.869,09				5.162.445,67
Equip. básico	862.249,32	11.841,36		809,28		873.281,40
Equip. transporte	84.473,18	1.500,35				85.973,53
Equip. administrativo	360.679,92	6.773,65				367.453,57
Outros activos tangíveis	87.380,65			49.695,81		37.684,84
Investimentos em curso	712.893,39	75.550,27		8.448,54		779.995,12
Activo tangível bruto	7.375.627,29	110.534,72	0,00	58.953,63	0,00	7.427.208,38

Depreciações acumuladas	3.981.446,60	216.891,39		60.505,09		4.137.832,90
Perdas por imparidade	0,00					0,00
Activo tangível líquido	3.394.180,69	-106.356,67	0,00	-1.551,46	0,00	3.289.375,48

5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Estas propriedades encontram-se valorizados pelo custo, não tendo ocorrido movimentos em 2021. Esquemáticamente, pode-se verificar pelo quadro seguinte:

Descrição	01-01-2021	Aumentos	Alienações	31-12-2021
Propriedades de investimento	571.132,46		75.443,18	495.689,28

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

- Os activos intangíveis adquiridos estão mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a taxa definida no Decreto Regulamentar 25/2009.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões, são evidenciadas no quadro seguinte:

Descrição	01-01-2021	Aumentos	Revalorizações	Transf. e Abates	Alienações	31-12-2021
Projectos	98.455,72					98.455,72
Programas de computador	3.398,35					3.398,35
Activo intangível bruto	102.124,67	0,00	0,00	0,00	0,00	102.124,67
Depreciações acumuladas	100.991,88	1.132,79				102.124,67
Perdas por imparidade	0,00					0,00
Activo intangível líquido	1.132,79	1.132,79	0,00	0,00	0,00	0,00

7. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, estão valorizadas ao custo de aquisição, que inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como forma de custeio.


Em 31 de Dezembro de 2021, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se escrituradas por 64.106,06€, não se tendo verificado imparidades.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período, evidencia-se da seguinte forma:

Descrição	01-01-2021	Compras	Regularizações	31-12-2021	Gastos no período
Mercadorias	3.261,80			3.146,40	115,40
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	51.093,63	437.109,88	4.541,60	60.959,66	428.523,65

8. RENDIMENTOS E GASTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante o período, apresentam-se no quadro seguinte:



Descrição	31-12-2021
Vendas	
Imagens	45,12
Refeições	50.462,88
Prestações de serviço	
Quotas dos utilizadores	1.169.162,33
Quotização	4.170,00
Serviços secundários	21.048,19
Subsídios, doações e legados à exploração	
Subsídios Estado e outros entes públicos	1.640.353,18
Donativos	26.709,83
Outros rendimentos e ganhos	
Rendimentos suplementares	47.039,60
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	138.046,05
Outros	56.113,08
Juros	
Juros obtidos	3.255,10
Total	3.156.405,36

A quantia de cada categoria significativa de gastos reconhecida durante o período incluindo, listam-se no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2021
Custo das Mercadorias Vendidas e Mat. Consum.	
Imagens	115,40
Géneros alimentares	301.846,60
Outros	129.906,27
Fornecimentos e Serviços Externos	
Serviços especializados	205.141,04
Materiais	5.283,27
Energia e Fluidos	148.605,16
Deslocações, estadas e transportes	4.750,66
Serviços diversos	273.223,34
Gastos com pessoal	
Remunerações dos órgãos sociais	24.498,32
Remunerações do pessoal	1.490.507,77
Indemnizações	0,00
Encargos sobre remunerações	324.914,72
Seguros acidentes no trabalho e outras doenças profissionais	21.268,07
Outros gastos	842,20
Gastos de depreciação e de amortização	
Ativos fixos tangíveis	207.094,34
Ativos intangíveis	1.132,79
Outros gastos	
Gastos com investimentos não financeiros	0,00
Outros	12.687,77
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	2.700,00
Gastos e perdas de financeiros	
Juros suportados	0,15
Total	3.222.358,17

9. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO E OUTRAS ENTIDADES:

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, sendo posteriormente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de tempo de vida útil do activo a que respeitem, conforme se evidencia no quadro seguinte para os activos financiados:

Activo	Outras variações nos fundos patrimoniais em 01/01/2021	Subsídios atribuídos em 2021	Rendimentos em 2021	Anulações de subsídios em 2021	Outras variações nos fundos patrimoniais em 31/12/2021
Centro de Noite	41.721,19		3.792,48		37.928,71
Creche	260.171,56		7.031,66		253.139,90
Certificação energética	44.218,28		13.276,15		30.942,13
FCB - Subs. Caldeiras LSS	19.644,29		1.785,00		19.644,29
Fundo Rainha D.ª Leonor	212.139,02		0,00		212.139,02
Adaptar Social +	1.292,21		215,27		1.076,94
Doação frações Praceta Dom Manuel I	65.041,20		1.548,60		63.492,60
Doação terreno Tras. R. Dr. Nogueira Carvalho	69.660,00		0,00		69.660,00
Maria Murta Farmácia	910,20		910,20		0,00
Total	714.797,95	0,00	-28.559,36	0,00	686.238,59

Importa salientar ainda, que as doações de terrenos em virtude da sua natureza não depreciável, não são objecto de imputação de rendimento de forma sistemática.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Outras contas a receber

As outras dívidas a receber estão mensuradas pelo custo deduzidas de qualquer perda por imparidade e não vencem juros.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas de fornecedores e de outras dívidas a pagar estão mensuradas pelo custo e não vencem juros, e decompondo-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021
Fornecedores	205.373,05
Fornecedores de investimentos	36.028,43
Outras contas a pagar	72.388,24
Total	306.191,14

Caixa e depósitos bancários

Os montantes registados nas rubricas Caixa e Depósitos bancários correspondem respectivamente aos valores em caixa e em depósito em instituições bancárias, imediatamente realizáveis, conforme decomposição:

Descrição	31-12-2021
Caixa	2.266,75
Depósitos à ordem	108.383,36
Depósitos a prazo	532.627,76
Total	643.277,87

11. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Do montante de 1.933.100,60€ em Gastos com o pessoal, 1.904.587,81€ correspondem aos gastos com trabalhadores, sendo o remanescente respeitante a remunerações e contribuições dos Órgãos Sociais. Durante o ano de 2021 atingiu-se uma média de 128 empregados.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 Investimentos Financeiros

O montante inscrito em Investimentos financeiros corresponde à seguinte composição, sendo que as participações no Capital Social correspondem, a 5,2% e a 0,65%, respectivamente, à Companhia do Coliseu do Figueirense, S. A. e à agência Estruturas e Investimentos do Mondego, S. A.:

Descrição	31-12-2021
Investimentos noutras empresas	10.879,36
Fundo Compensação do Trabalho	12.794,76
Total	23.674,12

12.2 Estado e outros entes públicos

Relativamente à rubrica Estado e outros entes públicos, é apresentada no quadro seguinte a sua decomposição:

Descrição	31-12-2021
Activo	
Imposto sobre o Rendimento	965,90
Imposto sobre o Valor Acrescentado – reembolsos	13.085,77
Total	14.051,67
Passivo	
Retenções de impostos sobre o rendimento	8.088,62
Imposto sobre o Valor Acrescentado – a pagar	5.971,70
Contribuições para a Segurança Social	35.126,15
Instituto Gestão Fundos Compensação do Trabalho	359,33
Total	49.545,80

12.3 Diferimentos

Relativamente à rubrica Diferimentos, é apresentada no quadro seguinte a sua decomposição:

Descrição	31-12-2021
Activo	
Gastos a reconhecer (Seguros)	13.046,72
Total	13.046,72
Passivo	
Rendimentos a reconhecer (Quotas utilizadores)	0
Total	0,00

12.4 Reservas

O montante inscrito em Reservas corresponde à seguinte composição, sendo que as Reservas Especiais foram constituídas em 2011 devido à doação parcial do prédio R. Maestro David Sousa n.º 100/112, e mais recentemente em 2018, no valor de 10.780€, relativas à doação do terreno no Casal da Robala:

Descrição	31-12-2021
Reservas de Reavaliação	164.603,31
Reservas Especiais	237.590,00
Total	402.193,31

12.5 Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

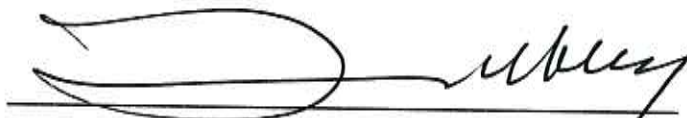
Descrição	31-12-2021
Caixa e Depósitos bancários (Activo)	
Caixa	2.266,75
Depósitos à ordem	108.383,36
Depósitos a prazo	532.627,76
Total	643.277,87

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método directo.

12.6 Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de conclusão da preparação das mesmas, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras.

Figueira da Foz, 15 de Março de 2022



Provedor



Tesoureiro

Nuno M. M. Cordeiro

Contabilista Certificado n.º 60192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA OBRA DA FIGUEIRA** contribuinte fiscal nº 500 876 169, que compreendem o balanço em 31 de dezembro 2021 (que evidencia um total de **4.804.925,46** euros e um total de fundos patrimoniais de **4.243.815,47** euros, incluindo um resultado líquido de **65.952,81** euros negativos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

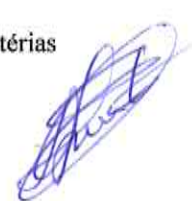
Ênfase

Verificando-se a pandemia COVID-19 e o respetivo Estado de Emergência/Calamidade em Portugal implementámos e continuamos a atualizar um plano de contingência para corresponder às medidas das autoridades da saúde; temos vindo a analisar os riscos e impactos financeiros e outros nas nossas atividades, cujas estimativas se revestem de dificuldade face à recente evolução deste surto, com a consequente definição de um plano de resposta; não se encontra em causa a continuidade das nossas operações. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis.
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades de Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

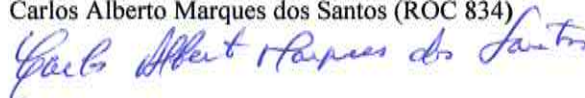
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Figueira da Foz, 21 de Março de 2022
SEBASTIÃO & SANTOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Carlos Alberto Marques dos Santos (ROC 834)





MISERICÓRDIA - OBRA DA FIGUEIRA

Contribuinte n.º 500876169

Conselho Fiscal

Parecer

Nos termos do artigo 44º dos Estatutos da Misericórdia-Obra da Figueira (MOF), cumprenos, enquanto Conselho Fiscal (CF), emitir parecer relativamente às contas do exercício de 2021, que nos foram apresentadas depois de aprovadas pela Mesa Administrativa (MA) em reunião ocorrida hoje mesmo, dia 29 do mês de Março.

Analisámos o Relatório e Contas de Gerência de 2021, à data de 31 de Dezembro de 2021, do qual consta o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa e respectivos anexos, tendo-nos sido prestadas, pelo responsável pela Área de Administração e Finanças da MOF, todas as informações e esclarecimentos que solicitámos. Foi-nos ainda apresentado o Relatório do Revisor Oficial de Contas, para o mesmo exercício.

O CF manifesta a sua aprovação à forma como está organizada a Contabilidade, os princípios contabilísticos adoptados bem como os critérios de avaliação dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis e respectivas Depreciações, relativos ao período em análise, que entendemos respeitarem as disposições legais e estatutárias.

Assim, somos de parecer que a Assembleia Geral (AG) aprove:

1. As contas de gerência relativas ao exercício de 2021, apresentadas pela MA;
2. Um voto de louvor à MA pela sua acção, inequivocamente extraordinária, na gestão da MOF, no exercício de 2021;
3. Um voto de profundo agradecimento à generalidade dos colaboradores pelo seu excepcional desempenho, com particular relevância nos dois últimos anos, dignificando a Instituição no prosseguimento da sua Missão.

Figueira da Foz, 29 de Março de 2022

O Conselho Fiscal

(João José da Silva Ramos)

(Alice Mano Carbonnier)

(André Ribau Cerqueira da Rocha)